

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
GUILHERME FERNANDES DIAS

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: PROJETO DE MERCADO PÚBLICO
MUNICIPAL: ESPAÇO SOCIAL, CULTURAL E COMERCIAL.

CASCADEL

2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
GUILHERME FERNANDES DIAS

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: PROJETO DE MERCADO PÚBLICO
MUNICIPAL: ESPAÇO SOCIAL, CULTURAL E COMERCIAL.

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Projetual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Professora Orientadora: Cassia Rafaela Brum Souza.

CASCADEL
2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
GUILHERME FERNANDES DIAS

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: PROJETO DE MERCADO PÚBLICO
MUNICIPAL: ESPAÇO SOCIAL, CULTURAL E COMERCIAL.

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação da Professora Arquiteta Urbanista Especialista Cassia Rafaela Brum Souza.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora Cassia Rafaela Brum Souza
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta Urbanista Especialista

Professora Avaliadora Gabriela Bandeira Jorge
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta Urbanista

Cascavel/PR, 02 de junho de 2020.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo apresentar as principais vertentes e importâncias de um mercado público municipal inserido diretamente na sociedade, com a intenção de acarretar lucros econômicos, desenvolvimento social e principalmente a expansão cultural de uma população, e para que assim possamos chegar a uma conclusão coesa, temos ao longo de textualização o levantamento de dados para que deste modo seja possível firmar uma opinião precisa. Desta maneira desenvolve-se a problemática central, aonde questiona-se se a cidade de Cascavel no Paraná tem capacidade populacional e turística para um empreendimento deste porte, assim sequentemente foi desenvolvido o objetivo específico com a ideia de promover estes benefícios nos mesmo âmbito, como o social, o econômico e o cultural, tanto para a população, como também para o agravo do meio turístico da cidade, além de pontuado os objetivos específicos, com ideias e intenções projetuais, remetendo principalmente para as características arquitetônicas da cidade e seu desenvolvimento. Todavia segue o levantamento de dados e informações acerca dos quatro pilares da arquitetura e suas fundamentações.

Palavras chave: Mercado Público; Espaço Alimentício; Social; Cultural; Economia;

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: O mercado público de São José, em Recife – PE.....	12
Figura 02: Visão interna do mercado público de São José, em Recife – PE.....	13
Figura 03: Mercado Público de Florianópolis.....	13
Figura 04: Vista externa do Mercado Municipal Paulistano.....	14
Figura 05: Mercado fechado com pátio interno aberto.....	15
Figura 06: Vista superior do Mercado Público de Longbaxiang, em Shiyang na China.....	16
Figura 07: Vista interna do Mercado Público de Longbaxiang, em Shiyang na China.....	25
Figura 08: Vista da praça e acesso principal do Mercado Público de Longbaxiang, em Shiyang na China.....	26
Figura 09: Planta principal do Mercado Público de Longbaxiang, em Shiyang na China.....	27
Figura 10: Vista superior do Mercado Público de Longbaxiang, em Shiyang na China.....	27
Figura 11: Vista superior lateral do Mercado de Santa Caterina, em Barcelona na Espanha...28	
Figura 12: Vista frontal do Mercado de Santa Caterina, em Barcelona na Espanha.....	29
Figura 13: Vista interna do Mercado centenário <i>Els Encants</i> , em Barcelona na Espanha.....	30
Figura 14: Vista interna do Mercado centenário <i>Els Encants</i> , em Barcelona na Espanha.....	30
Figura 15: Vista frontal do Mercado centenário <i>Els Encants</i> , em Barcelona na Espanha.....	31
Figura 16: Vista interna do Mercado Municipal Paulistano, em São Paulo, SP.....	32
Figura 17: Localização de Cascavel no Paraná, Brasil.....	33
Figura 18: Localização dos terrenos escolhidos em Cascavel - PR.....	34
Figura 19: Índices de uso e ocupação do solo de Cascavel - PR.....	35
Figura 20: Vista do terreno da Rua Paraná em frente a Prefeitura Municipal de Cascavel – PR.....	36
Figura 21: Vista da R. Paraná esquina com a Praça da Vereador Luiz Picoli em Cascavel - PR.....	36
Figura 22: Vista do terreno da Av. Brasil de frente com a Praça da Bíblia em Cascavel – PR.....	36
Figura 23: Vista do terreno da Av. Brasil, em Cascavel - PR.....	37
Figura 24: Localização, estudo solar e ventos predominantes em Cascavel – PR.....	37
Figura 25: Plano de massas.....	38
Figura 26: Tabela do programa de necessidades.....	40
Figura 27: Fluxograma.....	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
1.1. TEMA.....	07
1.2. JUSTIFICATIVA.....	07
1.3. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	07
1.4. FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE.....	07
1.5. OBJETIVOS.....	07
1.5.1. OBJETIVO GERAL.....	07
1.5.2. OBJETIVO GERAL.....	07
1.6. MARCO TEORICO.....	07
1.7. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO.....	08
2. FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA.....	09
2.1. HISTÓRIA.....	09
2.1.1. SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO.....	09
2.1.2. HISTÓRIA DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA.....	10
2.2. METODOLOGIA PROJETUAL.....	11
2.2.1. METODOLOGIA PROJETUAL DOS MERCADOS PÚBLICOS.....	12
2.2.2. LEGISLAÇÃO PROJETUAL DOS ESPAÇOS ALIMENTÍCIOS.....	17
2.3. PLANEJAMENTO URBANO.....	18
2.3.1. PLANEJAMENTO E INTERVENÇÃO URBANA.....	18
2.3.2. MERCADO NO ÂMBITO COMERCIAL E SOCIAL.....	19
2.3.3. LEGISLAÇÃO URBANA.....	21
2.4. TECNOLOGIA CONSTRUTIVA.....	22
2.4.1. SUSTENTABILIDADE.....	22

2.4.2. CONFORTO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO NATURAL.....	24
3. CORRELATOS E ABORDAGENS.....	24
3.1 MERCADO PÚBLICO DE LONGBAXIANG, EM SHIYAN NA CHINA.....	25
3.1.1 ANÁLISE SOCIAL E CULTURAL.....	26
3.1.2 ANÁLISE PROJETUAL E ESTRUTURAL.....	26
3.2 MERCADO DE SANTA CATERINA, EM BARCELONA NA ESPANHA.....	28
3.2.1 ANÁLISE PROJETUAL E ESTRUTURAL.....	28
3.3 MERCADO CENTENÁRIO <i>ELS ENCANTS</i>, EM BARCELONA NA ESPANHA...	29
3.3.1 ANÁLISE SOCIAL E CULTURAL.....	30
3.3.2 ANÁLISE PROJETUAL E ESTRUTURAL.....	31
3.4 MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO, EM SÃO PAULO CAPITAL.....	31
3.4.1 ANÁLISE SOCIAL E CULTURAL.....	32
3.4.2 ANÁLISE PROJETUAL E ESTRUTURAL.....	32
4. DIRETRIZES PROJETOVAIS.....	33
4.1 HISTÓRIA LOCAL E AS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO.....	33
4.2 CARACTERÍSTICA DO TERRENO	34
4.3 CONCEITO PROJETOVAIS.....	38
4.4 ESTUDO DOS IMPACTOS DE VIZINHANÇA.....	39
4.5 PROGRAMA DE NECESSIDADES E FLUXOGRAMA.....	40
5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	42
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

1. INTRODUÇÃO

1.1. TEMA/ASSUNTO

A presente pesquisa abordou o assunto Fundamentos Arquitetônicos, no tema Mercado público municipal: espaço social direcionado a todas as necessidades da população.

1.2. JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa abordou o assunto Fundamentos Arquitetônicos, no tema Mercado municipal: espaço social direcionado a todas as necessidades da população.

1.3. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O problema da pesquisa foi: A cidade de Cascavel tem público e movimentação para um Mercado municipal?

1.4. FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

Para tal problema, foi formulada a seguinte hipótese: Cascavel tem uma economia diversificada e um público grande voltado a produção, este investimento auxiliará na valorização e na movimentação da cidade.

1.5. OBJETIVOS

1.5.1. OBJETIVO GERAL

Tem como desígnio projetar um Mercado municipal em Cascavel – PR, visando acarretar benefícios nos meios sociais, econômicos e culturais principalmente para a população, como também para o meio turístico da cidade.

1.5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Abordar a história geral da cidade e sua economia;
- b) Verificar o público interno e externo de Cascavel – PR;
- c) Apresentar o rendimento do empreendimento;
- d) Identificar o impacto da edificação no meio urbano.
- e) Conferir os meios necessários da gastronomia, do comercio, dos espaços de lazer e da cultura;
- f) desenvolver proposta projetual de um Mercado Municipal.

1.6. MARCO TEÓRICO

Conforme cita PINTAUDI (2006), Os mercados públicos constituem-se em uma das primeiras formas que marcam a separação homem/natureza, ou seja, do momento em que o homem deixa de produzir sua própria existência, anunciando outros ritmos para o tempo/espaço social, através da troca de produtos, e tendo esse entendimento podemos

considerar que um Mercado Municipal tem grandes atrativos para sua região e ainda mais para a cidade em geral.

1.7. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Visando a ideia da implementação direta de um meio comercial deste porte, além da análise direta da cultura e do meio social que findam diretamente o conceito a ser pesando foi necessário utilizar de pesquisas bibliográficas, através de livros, revistas, artigos e sites, auxiliando na abrangência geral do assunto conforme citam Pizzani, *at al* (2012) “o entendimento de pesquisa ou revisão bibliográfica se dá pela literatura das principais teorias que circundam o trabalho científico”.

2. FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA

O discorrer deste capítulo apresentara, temas importantes adentrando os quatro pilares de embasamento da arquitetura dentro do assunto Mercado Público Municipal com os fundamentos ligados a: história, metodologia projetual, planejamento urbano e tecnologia construtiva.

2.1 HISTÓRIA

Rüsen (2006) mostra que a didática da história trabalha com a ferramenta de transmissão de conhecimentos históricos, tendo como exemplo os recipientes cheios de pesquisa acadêmica passando para as cabeças vazias das pessoas. Assim está fração do discorrer textual seguinte apresenta fatos históricos e de desenvolvimento dos temas presentes.

2.1.1. SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO

O autor Vargas (2001), cita em seu livro que o desenvolvimento do mercado se dá pelo fluxo corriqueiro dos povos que consigo traziam suas sobras de produção para que assim fizessem suas trocas, que com frequência localizavam-se em pontos distantes dos meios principais de produção.

Já o marco do surgimento do comercio se deu juntamente com o desenvolvimento da sociedade como um todo, havendo a necessidade de trocas de itens, para que assim suprissem a premência da sobrevivência dos subgrupos, tendo o câmbio como a principal peça do comercio, podendo ser de todos os tipos, pois além de alimentos, era habitual que trocassem materiais e outros itens, como serviços de mão de obra que faziam-se cada vez mais necessários, seguindo uma lógica inicial, aonde o que sobrava era permutado pelo que se faltava (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013).

“Muitos dos mercados tiveram sua gênese nas feiras que terminaram perpetuando-se, materializando-se em construções porque a reprodução da vida na cidade e/ou região necessitava de um contínuo suprimento de víveres.” (PINTAUDI, p. nº 84 2006).

Em estudo mais aprofundado disponibilizado por ALVES e FILHO (2009) as cidades regionais da Mesopotâmia tiveram sua origem em 5.500 a. C. com as formações sociais nas aldeias dos povos, que deixaram de ser nômades e que posteriormente com a revolução

agrícola, seus excedentes propuseram o surgimento de novos segmentos sendo um deles o comércio. Esse segmento teve continuidade em todo o decorrer da história e permanece atuante na sociedade contemporânea.

“Após o século XIX, as transformações sociais e espaciais ganharam novo impulso em decorrência do sistema capitalista de produção. A urbanização foi intensificada e a industrialização promoveu uma grande diversificação das mercadorias existentes. Neste período o comércio passa a função essencialmente econômica e incorpora o ferro e o vidro em suas construções, o espaço do comércio que era público, torna-se, gradativamente, privado” (ALVES e FILHO, p. nº 211, 2011).

Para o Brasil este meio comercial de convivência se consolidou apenas em 1875 com o Mercado Municipal de São José em Recife – PE, que de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) foi tombado como patrimônio cultural pelo instituto no ano de 1973 e se mantém ativo até hoje, sendo o mais antigo mercado público do Brasil e o primeiro edifício pré-fabricado em ferro no país, ao qual sua estrutura foi importada diretamente da França, tornando-se um local para as várias classes sociais, um espaço privilegiado aonde as práticas culturais e coletivas se unem e se reproduzem.

“No Brasil, apesar da grande diferença temporal em relação à origem e desenvolvimento das cidades, o surgimento mercado possui semelhanças, com aqueles surgidos no contexto dos países do chamado velho mundo. No fim século XVIII e ao longo do século XIX surgiram vários núcleos urbanos e, por conseguinte mercados neste país.” (ALVES e FILHO, p. nº 211, 2011).

Em virtude dos fatos mencionados, podemos compreender que a peça chave do mercado se origina a partir do comércio inicial inconsciente e que assim houve a indispensabilidade de um local de presença para que esse meio de produção pudesse se desenvolver.

2.1.2. HISTÓRIA DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA

No decorrer dos fatos a era contemporânea se findou após a passagem de dois marcos fortes da arquitetura, sendo o modernismo com seus vanguardistas, que ditavam regras do que devia ser puro, devendo assim abrir mão de todos os tipos de ornamentos e fugir do habitual, mas que posteriormente com a queda destes mesmos líderes, montou-se o que acreditava ser a necessidade da retomada das tão adoradas ornamentações, intitulado este período como pós-modernismo e com uma curta perspectiva de duração, inicia-se as

especulações e hipóteses do que acreditava ser uma ideia contemporânea que se sondava da arquitetura (ARCHDAILY, 2020).

O novo modelo de arquitetura tem como primícias a utilização de materiais reutilizáveis em seus projetos, além da valorização da presença de luz natural nos ambientes utilizando janelas grandes e claraboias. A tecnologia é outro marco importante que cada vez mais torna-se valorizado, aonde a utilização de equipamento modernos ajudam no desenvolvimento da economia e a flexibilização do trabalho (EDUCA MAIS BRASIL, 2020).

Com isso a arquitetura contemporânea traz novos significados para os elementos já utilizados no estilo moderno, tendo em vista que muitos arquitetos misturam os dois conceitos em um único mais puro, como exemplo disso temos o arquiteto Marcos Kogan. E como característica do que remete a arquitetura moderna podemos evidenciar as linhas simples, o uso dos materiais como vidro, o concreto e o metal no seu estado natural, mas com tons de manifestações mais livre, utilizando formas variadas, a mistura de elementos, tendências e técnicas da atualidade. O principal destaque da contemporânea com as demais se dá pela priorização do cotidiano das pessoas, com a análise das necessidades, rotinas e gostos, mostrando-se na mistura dos elementos (EDUCA MAIS BRASIL, 2020).

Além disto outra base a ser destacada na questão contemporânea é que para cada intervenção no espaço, deve-se levar totalmente em conta o conhecimento estruturado das ciências humanas, pois não há como transpassar uma visão prospectiva de futuro na arquitetura, sem antes ter o conhecimento histórico das ideias formais e espaciais já utilizadas no decorrer da história. Também é preciso ser visionário no quesito do processo de algo que nunca se esgota, aprimorando a utilização das linguagens arquitetônicas e suas tecnologias como a do concreto, da madeira, do aço, da alvenaria estrutural, entre outras, aonde cada uma delas aprimorasse anualmente suas condições de trabalho estrutural e também o aperfeiçoamento da produção dos sistemas e levando em conta cada região, como também a relação de custo-benefício (ARCHDAILY, 2020).

2.2 METODOLOGIA PROJETUAL

Neste tópico são contextualizadas metodologias das primícias projetuais, como as maneiras de reprodução comuns de um mercado municipal, como exemplos já executados e normativas de legislação para os meios alimentícios e de distribuição de alimentos, a partir das normas disponibilizadas pelos órgãos responsáveis deste pleito.

2.2.1. TIPOLOGIA PROJETUAL DOS MERCADOS PÚBLICOS

Para tomarmos preceitos de como idealizam-se os projetos deste porte, aonde há uma circulação de várias pessoas, alimentos, objetos, entre outros itens, devemos analisar diretamente em exemplos já executados e principalmente conhecidos. Desta maneira podemos tomar como exemplo inicial o projeto do Mercado Municipal de São José em Recife – PE (figura 01), pois além de seu fardo histórico, a edificação traz toda uma ideologia construtiva inovadora para a época e que a partir de dados do IPHAN podemos tomar de análise direta para questões projetuais existentes.

Figura 01: O mercado público de São José, em Recife – PE.



Fonte: Hassan Santos/Recife Arte Pública (2019).

Alguns anos após seu tombamento em 1989, houve a restauração do edifício que acarretou em um incêndio no pavilhão norte do complexo, adiando assim sua reabertura a população e só em 1994 o mesmo retornou totalmente a ativa (IPHAN, 2014).

De acordo com o site da Prefeitura de Recife – PE (2019) o mercado municipal possuindo uma área coberta de 3.541 metros quadrados (figura 02), que mede 48,88 de frente e 75,44 em sua profundidade, sendo 377 compartimentos de diversos produtos depositos em dois pavilhões, além das barracas montáveis para comerciantes esporádicos que totalizam um conjunto de 545 espaços de arrecadação e que teve como inspiração para sua tipologia o mercado público de *Grenelle*, em Paris.

Figura 02: Visão interna do mercado público de São José, em Recife – PE.



Fonte: Sérgio Bernardo / JC Imagem (2015).

Já na parte sul do Brasil, mais precisamente em Florianópolis – SC, o mercado público de Floripa é um dos principais pontos turísticos da cidade, sendo considerado um patrimônio artístico, histórico e arquitetônico da ilha de Santa Catarina, que de acordo com o site oficial do Mercado Público de Florianópolis (2015) e a Prefeitura de Florianópolis (2019), o espaço foi inaugurado no ano de 1899, após um grande incêndio que destruiu a edificação de forma geral ano de 2005, houve a necessidade de uma revitalização total e aonde o mesmo teve que ser praticamente reconstruído, preservando os preceitos iniciais de seu estilo arquitetônico, porém com uma característica nova em seu vão central, aonde uma cobertura de estrutura de ferro foi projetada e executada, tendo uma vedação mais leve de poliéster de alta tenacidade (figura 03).

Figura 03: Mercado Público de Florianópolis.



Fonte: Archdaily/ Felipe Russo (2016).

Outra marco muito importante direcionado a essa tipologia de edificação comercial é o Mercado Municipal de São Paulo – SP. Além de ser um marco da gastronomia conhecido nacionalmente, o Mercado Paulista foi projetado por Paulo Ramos de Azevedo e apresenta 300 boxes comerciais que recebem semanalmente aproximadamente 50 mil pessoas, tendo um área de 12.600,00 metros quadrados o prédio possui um pé direito de 16 metros e tem em sua composição a junção de diversos estilos arquitetônicos, (figura 04), além da marcante presença de claraboias, telhas de vidro e vitrais que auxiliam diretamente na iluminação natural (Prefeitura de São Paulo, 2018).

Figura 04: Vista externa do Mercado Municipal Paulistano.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2018.

Já no ano de 2006 houve uma proposta projetual com parcerias iniciativas privadas de um mezanino intitulado de Mercado Gourmet, contendo uma cozinha totalmente equipada a disposição da comunidade com o intuito de disponibilizar aulas e eventos direcionados a aprendizagem da gastronomia, além de se tornar também um espaço para shows, feiras de artesanatos, apresentações teatrais, e demais eventos que consequentemente atrai o mais variado público (Prefeitura de São Paulo, 2018).

“Este edifício é considerado como um dos marcos arquitetônicos existentes na cidade de São Paulo. Pode-se dizer que as fachadas e a volumetria deste edifício são similares às do Mercado Central de Berlim, além de conter em cada lateral os torreões, se destacando na volumetria do mesmo” MURILHA e SALGADO, p. nº1 ,2011).

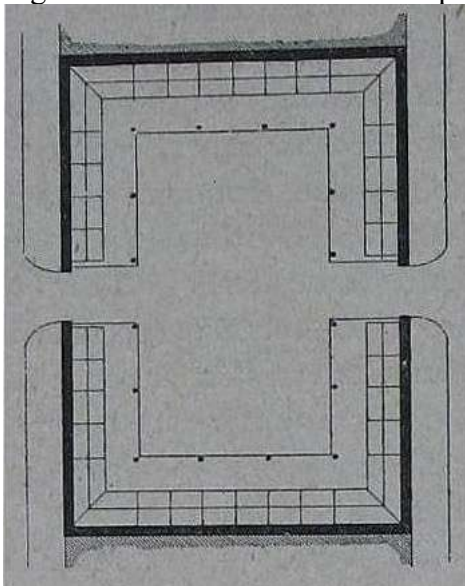
A partir destas referenciais tomamos ciência como são as características de um empreendimento deste porte, mesmo não havendo um modelo específico a ser seguido, estas

edificações tem características muito semelhantes em seu geral, pois as mesma possuem metragens um tanto quanto altas e seu pé direito elevado para que a ventilação não seja um empecilho por conta da aglomeração de pessoas, MURILHA e SALGADO (2011) apresentam um estudo direto em cima destas questões:

“Em um dos tratados de Jean Nicolas Louis Durand denominado *Recueil et Parallèle des édifices de tout genre, anciens et modernes*, datado de 1822, são apresentados exemplos da tipologia arquitetônica para mercados fechados com pátio interno aberto. Ao expor este tipo de mercado o autor faz referência a alguns mercados antigos da Europa, especialmente os mercados das cidades de Amiens e Florença. Segundo o autor, estes mercados possuíam plantas simétricas de forma quadrada e retangular, além de terem um pátio interno descoberto composto por um conjunto de arcadas nas laterais, apresentando fachadas em estilo neorromânico. Estes edificios foram projetados e construídos na primeira metade do século XIX, remetendo a uma tipologia antiga de mercado público, lembrando o átrio romano” MURILHA e SALGADO, p. n° 1, 2011).

O padrão para projetos de mercados públicos se manteve convicto no decorrer do século XIX e que obteve seu marco de difusão a partir da utilização do ferro nas estruturas, contrapondo o modelo antigo, aonde antes era necessário um átrio envolto de arcadas (figura 05), e que posteriormente obteve-se um novo modelo de mercado no qual seu centro era descoberto de forma geral (MURILHA e SALGADO, 2011).

Figura 05: Mercado fechado com pátio interno aberto



Fonte: MURILHA; SALGADO, 2011.

Este modelo projetual construtivo proposto e executado no Brasil entre todo o século XIX e começo do século XX, e tiveram suas principais influências das práticas operativas de categoria profissional, voltando o pensamento pra categoria interna profissional (MURILHA; SALGADO, 2011.)

As ideias projetuais clássicas são paradigmas que ditam modelos a partir do discorrer da história, mas atualmente temos projetos mais modernos da arquitetura para exemplificar as ideias de um mercado inovador, como modelo disso temos podemos tomar como exemplo o Mercado Público de de Longbaxiang, localizado em Shiyang na China. O projeto foi finalizado em 2019 e mesmo apresentando a mesma característica comum dos demais no quesito de disposição dos boxes, a figura 06 mostra como sua forma passa algo totalmente atípico e inovador com curvas e aberturas totalmente modernas do habitual (ARCHDAILY BRASIL, 2019).

Figura 06: Vista superior do Mercado Público de Longbaxiang, em Shiyang na China.



Fonte: Archdaily/ Lian He (2019).

De acordo com a equipe de projetos do *Describing Architecture Studio* o projeto apresenta uma estrutura de 2.500 metros quadrados, sendo um espaço que vai além de um simples mercado público, pois conta com ambientes para a realização de festivais e atividade culturais, tornando a vida comunitária mais agradável e um ambiente de conforto para todos (ARCHDAILY BRASIL, 2019).

Assim com o discorrer dos fatos temos que os preceitos antigos também caminham alinhados com as ideias contemporâneas, mas que ainda assim a inovação fala mais altos pelos principais motivos de conforto total de um público geral.

2.2.2. LEGISLAÇÃO PROJETUAL DOS ESPAÇOS ALIMENTÍCIOS

Para a elaboração projetual para espaços de distribuição de alimentos e setores alimentícios faz-se necessário a consulta em normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e também pela segmentação das leis propostas pela Associação de Normas Técnicas (ABNT) e suas Normas Técnicas Brasileira (NBR) propostas, tomando como partido majoritário também o código de obras vigente de determinado município em que o empreendimento será projetado partindo do preceito de praticamente todo projeto temos em destaque a NBR 9050 do ano de 2015, ao qual a mesma apresta uma estruturação de normativas direcionadas a acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos em geral, de modo a não ocorrer a limitação ou a discriminação dos grupos de mobilidades reduzidas, além de mencionar a necessidade total de banheiros acessíveis para o acolhimento de todos como também elementos de suma importância como corrimões de apoio, rampas de acesso, elevadores quando necessários, entre outros itens de suma importância para o convívio de integração (ABNT, 2015).

Deste posto, devemos atender o uso equitativo de todo os públicos pontuando incisivamente na higienização e salubridade obrigatórios. Assim a ANVISA apresenta normativas juntamente com a Secretaria da Saúde dos Municípios de modo que estes itens tornam-se obrigação nos meios alimentícios para a confecção deste disposto projetual, como ventilação constante sendo natural ou mecânica, para que assim evite-se a contaminação direta, espaços com pias individuais para a higienização das mãos, áreas de ventilação e iluminação salubres, além da proibição de itens como luminárias/lâmpadas sem proteção, a reutilização de embalagens e principalmente a quantidade de funcionários permitidos por área para que assim ocorra a funcionalidade correta do ambiente (LOURO, 2015)

Dentre estes, outras regulamentações a serem seguidas são as nomeadas como Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) publicadas pela ANVISA, de maneira que cada uma é separada por numerações, ao qual são designadas para um meio produtivo específico. Assim para espaços alimentícios e de distribuição de alimentos segue-se a RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que explica as necessidades constantes de aperfeiçoamento nas ações de controle sanitário na área de alimentos visando a proteção à saúde da população, apontado requisitos higiênico-sanitários gerais para o manuseio de serviços de alimentação, aplicáveis em todo território nacional, juntamente com esta devemos levar em conta também a RDC nº 43 do dia 01 de Setembro de 2015, apresentando em seu corpo principal explicações das regras sobre a prestação de serviços de alimentos em eventos de massa, constando alguns

requisitos mínimos de funcionamento para esses meios relacionado ao comércio e a manipulação de alimentos de designação de responsabilidades (ANVISA, 2004 e 2015).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO

Neste pilar destacam-se importância da projeção frente as decisões dadas no tópico de planejamento urbano junto ao contexto da cidade, elucidando as necessidades quanto a organização de um desenvolvimento conciso e de melhor aproveitamento do meio do de estruturação da rede urbana, para que assim haja um contemplação total da população para com seus instrumentos urbanos disponibilizados por seus municípios para o uso geral e de benéfico de todos.

2.3.1. PLANEJAMENTO E INTERVENÇÃO URBANA

Planejamento urbano está diretamente ligado ao âmbito de desenvolvimento econômico que de forma geral tem o intuito de ajustar-se as medidas do Estado de Bem-Estar Social tendo o desígnio de garantir ao quesito de acesso a cidadania, padrões mínimos do direito a moradia, serviços de infraestrutura urbana, equipamentos, entre outros aspectos (SARTOR, 2000).

“O planejamento urbano como disciplina e ferramenta de estruturação do meio urbano e das cidades, vem ganhando força em discussões na academia, no mercado, na sociedade civil e no setor público” (BENTO *et al*, p. n° 471, 2018).

Os autores Bento, Conti, Baptista e Ghobril (2018) seguem dizendo que o processo de planejar o meio urbano finda uma junção de ações das atividades urbanas e também refere-se a uma metodologia de organização e de programas que auxiliem nesta gestão de áreas da cidade já em desenvolvimento.

“O planejamento urbano apresenta a importância do uso da terra em sua função econômica, social, ambiental, institucional e cultural e o desenvolvimento do território urbano. Já a categoria teórica da cidade sustentável busca evitar a degradação e mantém a saúde de seu sistema ambiental. Busca-se reduzir a desigualdade social por meio de um ambiente saudável para os seus habitantes. O desenvolvimento urbano sustentável apresenta a design de processos de planejamento e gestão urbana, com foco na sustentabilidade sob as dimensões ambientais, sociais e econômicas. Por último a categoria de instrumentos de gestão está relacionada aos processos técnicos e socioeconômicos que ocorrem na gestão de cidades, resultando em crescimento, desenvolvimento e na redução de externalidades negativas público” (BENTO, *et al*, p. n° 475, 2018).

Além disso Vargas e Castilho (2006) citam em seu livro que para que haja uma intervenção correta no espaço urbano deve-se inicialmente direcionar os estudos para o meio histórico/cultural desta região, além da visão funcional que este meio proporciona e sua posição referente a formação urbana.

Sendo sistêmico e tendo um olhar conciso para o que deve-se ser pontuado, o planejamento e a intervenção de um meio devem ser coerentes e sobre tudo olhar pra as camadas sociais que ao todo habitam, mas também aos meios de políticas ambientais e culturais presentes sendo destino direto deste plano o cumprimento dos determinados objetivos que ao todo melhorarão os meios sociais, de sustentabilidade e a redução da desigualdade, proporcionando uma aptidão na prestação de serviços, na capacitação de equipamentos tanto públicos como privados que atenderão sua população além dos meios da saúde e da educação, mas sim de uma estruturação igual a todos (BENTO *at al*, 2018).

“Especificamente no que se refere a essas novas estratégias que buscam a descentralização, participação e autonomia, no âmbito do setor de planejamento urbano, é interessante e, sobretudo, importante, a realização de uma reflexão teórica sobre a conjuntura política institucional que aposte em um maior controle social sem desconsiderar o poder local” (JUNIOR, p. n° 26, 2004).

Contudo as intervenções do meio urbano proporcionam melhorias diretas a população de forma geral na cidade e no seu planejamento, aonde a ideia da acupuntura urbana, mostra ser um ponto a destacar-se dos demais, pois assim ocorrerão melhorias diretas na vida habitual de uma sociedade (LERNER, 2015).

2.3.2. MERCADO NO ÂMBITO COMERCIAL E SOCIAL.

Os princípios das teorias referentes a delegação de mercado estão totalmente direcionados a troca de mercadorias, SERVILHA e DOULA (2009) este “sistema” de comercio que se finda num conjunto de regras e direcionamentos econômicos, orientam diretamente na circulação de produtos presentes em várias culturas, e tendo em contrapartida no quesito físico, torna-se um espaço com importante entreposto de socialização ao qual concluem-se representações de múltiplos significados.

Com isso o comercio está diretamente ligado com o meio físico (mercado), tendo em sua principal característica o ato de troca, ou seja, tudo aquilo que se troca de forma coerente, aonde ambos os lados saem beneficiados e satisfeitos, além disto ALBERTIN (1998) frisa a importância do meio físico e seu todo, pois o comercio vai além da troca de dinheiro, está

vinculado diretamente a pesquisas, marketing, evolução, propaganda, vendas, suporte e principalmente negociação.

Além de todos estes âmbitos expostos, a fala de MATOS e BARBOSA (2016) ajudam a desenvolver uma ideia mais institucionalizada da palavra mercado, ao qual é retratado ao longo das últimas décadas:

“Por fim, conclui-se que o mercado tem um caráter dinâmico e socialmente construído sob o qual várias práticas emergem ao longo do tempo dado o contexto histórico, cultural e performativo das instituições” (MATOS e BARBOSA, p. nº 02, 2016).

Visto isso podemos entender que o mercado sempre esteve presente no desenvolvimento da sociedade, cada período com sua escala de necessária e persistente, pois além de auxiliar no abastecimento de itens indispensáveis, os mercados tem enorme importância para população que dele depende, e juntamente com a declaração de ARAÚJO e BARBOSA (2004, p. 2) podemos idealizar historicamente a significância de mercado, aonde os mesmos citam que estas instituições “[...] adquiriram uma importância muito grande que ultrapassa seu papel comercial, transformando muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades congregavam-se estabelecendo laços de sociabilidade”

“Buscar a compreensão das relações sociais presentes no mercado municipal, não as resumindo em meramente comerciais e econômicas, traz a necessidade de análise e aprofundamento acerca da subjetividade das relações no/com o lugar. É nele que o ser humano constrói suas relações comunitárias, suas percepções do espaço e suas dinâmicas sociais específicas.” (SERVILHA e DOULA, p. nº 124, 2009).

Ainda em visão da sociedade os mercados implementam certas produções especificadas, como a venda de produtos característicos de determinada região que tomam total destaque de acordo com sua demanda:

“Nos mercados públicos, espaços voltados não só para a comercialização, mas também para a socialização, é possível apreender elementos e produtos típicos de uma dada cidade, região ou país, os quais são cada vez mais valorizados enquanto mercadorias capazes de atrair fluxos e assegurar a permanência destes nos dias atuais.” (ALVES e FILHO, página nº 209, 2011).

Visto isso podemos adentrar no quesito de mercado público municipal, aonde seu conceito remete ao trajeto histórico do comércio ao longo dos séculos, assim diz PINTAUDI (2006):

“O mercado público é forma de intercâmbio de produtos encontrada em cidades da antiguidade e se hoje tem continuidade no espaço, isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas. Todas as culturas adotaram essa forma de troca de produtos e o fato de se realizar esporadicamente, periodicamente ou de maneira perene e com local apropriado para esse fim, dependia das mercadorias que ali se trocavam e da necessidade de se realizar a troca com certa frequência, do deslocamento possível nos diferentes momentos históricos e da importância que o local representava para o abastecimento da cidade e da sua região de abrangência.” (PINTAUDI, p. nº84, 2006).

Contudo os mercados influenciam diretamente na economia de regiões e na oferta e demanda de certos produtos, desta maneira, há uma busca incessante de inovação, qualidade de serviço, produtos e principalmente no destaque necessário que prenda seu consumidor e o transforme em cliente estável.

2.3.3. LEGISLAÇÃO URBANA

De acordo com o autor Di Sarno (2004), há registros do que foi o início das discussões do quesito urbano no período colonial do Brasil. Porém na síntese inicial existiam apenas algumas partes direcionadas a este assunto do que se intitulava Constituição do Império, findada em 1824, e somente no século XIX a legislação urbanística do Brasil mostrou-se em progresso com parcerias de direitos públicos municipais e instituições privadas.

“A existência das cidades, pressupõe, portanto, desde sua origem, uma divisão técnica, social e espacial da produção, e implica trocas de natureza diversa entre aqueles que produzem bem manufaturados (artesãos), bens simbólicos (religiosos, artistas, etc), o poder e a proteção (guerreiros). A dinâmica da urbanização está ligada ao potencial de interação oferecido pelas cidades, à sua ‘urbanidade’, ou seja, à potência multiforme que fere o reagrupamento de uma grande quantidade de pessoas em um mesmo lugar” (ASCHER, p. nº 18, 2010)

No pleito dos municípios como exemplo, as principais medidas para a prática da legislação seriam o Plano Diretor, que tem como objetivo organizar de forma regular o crescimento da cidade e os limites das áreas tanto urbanas como rurais e direcionar suas designações e as Leis de Uso e Ocupação do Solo, que fomentam os potenciais construtivos mais coerentes em relação tanto ao meio do mercado imobiliário e seu entorno como principalmente na demanda do meio ambiente (BENTO; CONTI; BAPTISTA; GHOBIL, 2018).

Ao discorrer de análises e conclusões do desenvolvimento das legislações urbanas Gomes e Lamberts (2009), explanam a relação da atual fase da dinâmica dos municípios com

sua geometria urbana, aonde podemos observar que sua evolução se dá por pensamentos de verticalização das cidades e principalmente da incoerência na parte de pensamento do quesito de permeabilidade, com isso a inclusão das questões técnicas para a definição dos índices urbanísticos mostram-se cada vez mais necessárias, pois notou-se que cada vez mais a legislação urbana foi direcionada somente para os princípios do mercado imobiliária e para auxílio desse desenvolvimento seriam necessárias medidas de estudos conectados ao detalhamento mais árduo, baseando-se nas áreas e nas alturas permitidas em determinadas regiões aonde em algumas condições o solo não se mantém e levando em conta também as questões do “envelopamento solar”.

Contudo para a aprovação de um projeto perante aos órgãos competentes, devemos tomar tento ao zoneamento imposto de cada região e principalmente nas áreas de preservação ambiental, além das normativas determinantes específicas de cada município proposto a partir do plano diretor vigente juntamente com o código de obras que apresentam de forma explícita as taxas de uso e ocupação do solo (BENTO *et al*, 2018).

2.4 TECNOLOGIA CONSTRUTIVA

Neste tópico adentra-se os meios tecnológicos de construção visando em sua maioria o conforto, a comodidade e principalmente os meios sustentáveis que tomam cada vez mais destaque nas últimas décadas, apresentando assim modelos de ideias que auxiliem no bem estar social no quesito de utilização e execução projetual para com seus usuários.

2.4.1. SUSTENTABILIDADE

De acordo com a ideia disposta pelo autor Montanari (2008), temos que tomar tento aos métodos construtivos de baixo impacto ambiental e principalmente de materiais renováveis, com a principal intenção de reduzir os impactos e valorizar a conscientização da sustentabilidade na atualidade.

As edificações, embora tenham o intuito de abrigar o homem das diversidades do clima e proporcionar conforto para suas atividades corriqueiras, mostram-se altamente capazes de provocar impactos ambientais no planeta. Pois até aonde temos conhecimento a indústria da construção civil utiliza dos recursos naturais para manter-se na ativa, sem ao mesmo se preocupar com esta ideia, gerando alto consumo energético e quantidade considerável de poluição (ZAMBRANO, 2008).

O ambiente construído e o meio ambiente fazendo parte da mesma dialética da arquitetura desde o princípio, com a intenção de proporcionar um ambiente confortável e adequado a sua função. Ao longo do desenvolvimento da arquitetura, destacam-se períodos da história aonde o arquiteto passa a pensar nas relações de qualidade para com o meio ambiente ao mesmo tempo que apresentavam qualidades estéticas, técnicas e funcionais. Estes exemplos mostram que a ideia de sustentabilidade sempre esteve presente no nosso meio porem com muito menos destaque, mas que agora faz-se ainda mais necessário soluções mitigadoras voltadas para a preservação e redução de impactos ambientais, ligados a um maior comprometimento social e de grande eficácia econômica com o todo (ZAMBRANO, 2008).

Muito se fala sobre o quesito de conservação de energia renováveis, aonde antes era vista apenas como sugestivo, atualmente passasse a apresentar como exigência projetual do consumidor residencial, tendo em vista que esses sistemas auxiliam na redução dos gastos de energia disponibilizadas pelas empresas elétricas, além das comodidades como o aquecimento da água. Outro sistema em destaque é a captação, estocagem e utilização de águas pluviais para usos não nobres, porém esses métodos são executados realmente apenas nas classes média e média alta, por conta do custo de instalação, mas que posteriormente acaba tornando-se compensatório por conta da economia que se proporciona (SERRADOR, 2008).

Na atualidade arquitetônica, destacam-se estilos que tem funções direcionada a pontos específicos da sustentabilidade como: a *Low-tech* ou *no-tech* que tem como conceito a simplicidade na forma e nos materiais com um dialogo mais direto ao meio natural, outro estilo muito conhecido também é a *High-tech* ou *eco-tech* que com recursos tecnológicos preveem o melhor desempenho para a obra, além de pensamentos nos quesitos de iluminação solar natural e disposição de luz, ventilações cruzadas e conversação energética. Com tudo a arquitetura que se tem a partir deste pensamento é a tradução das soluções técnicas, estéticas e funcionais, com saberes, valores, costumes e principalmente da coerência na utilização dos materiais existentes no próprio local (ZAMBRANO, 2008).

De forma abrangente há uma grande falta de informações para esse método projetual, pois não destaca-se nenhum incentivo relativo ao tema, sem formulações de planos, sem geração e demanda de serviços sustentáveis e principalmente na falta de produção de projetos modelos que incentivem isso, de forma geral isso fica vago, principalmente por conta do Poder Público no brasil, pois o mesmo pouco se textualiza em suas normas. Outro fator é a cultura construtiva presa sob custos, prazos e principalmente sob a falta de informações da

necessidade do meio, limitando assim o desenvolvimento deste tipo projetual e apresentando um baixo nível de exigência por parte dos clientes, sendo eles públicos ou privados e principalmente a falta do desenvolvimento do projeto de forma global (SERRADOR, 2008).

2.4.2. CONFORTO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO NATURAL

A necessidade de um projeto de conforto térmico se predomina, principalmente por conta das questões climáticas específica de cada região, em virtude que estas devem proteger os utilizadores do espaço sob as circunstancias de temperaturas rigorosas, mas ainda sim como em diversos locais, pouco se ouve ou se projeto em cima desta questão, e o destaque para os significativos avanços que cercam a problemática térmica no ambiente construído, não é prestado e assim não notamos a pratica destes projetos nas cidades menos desenvolvidas (RIBEIRO, 2008).

Desta maneira, frisa-se a importância da preocupação com o conforto na hora de projetar, aonde inicialmente devemos analisar as particularidades climáticas, para assim constatar os fatores de principal influência negativa e posições no conforto geral e geralmente a solução para estas questões e desenvolve a partir da arquitetura vernacular de proteção climática, aonde técnicas construtivas e peculiaridades dos materiais são observados, com o objetivo de proporcionar assim o geral para com quem utiliza (RIBEIRO, 2008).

“Outro fator que contribuiu para o progressivo abandono das questões climáticas foi a disponibilização de equipamentos condicionadores térmicos. A possibilidade de utilização de tais equipamentos trouxe aos projetistas a falsa ideia de que preocupações como clima não eram mais relevantes, uma vez que poderiam climatizar o edifício artificialmente. Este conceito foi amplamente difundido pelo mundo, e em locais como clima quente, o aparelho condicionador de ar passou a ser a principal, ou muitas vezes a única solução para o condicionamento térmico dos ambientes (RIBEIRO, p. nº 21, 2008).”

Mas com a tecnologia muitos destes problemas são resolvidos de forma mais pratica, a revolução industrial por exemplo, auxiliou diretamente na mecanização de métodos e materiais construtivos, aonde por meio de tubulações, desconsiderando praticamente todo o estudo principal, pois o mesmo apresenta capacidade de conforto gradual a partir do investimento conciso (RIBEIRO, 2008).

3. CORRELATOS E ABORDAGENS

O desenvolvimento projetual de um empreendimento municipal requer uma

organização ordenada para que as diretrizes funcionem da forma mais organizada possível, deste modo toma-se como referência características e ideias projetuais já aplicadas em diferentes localidades do mundo, para que desta maneira tenhamos um desenvolvimento mais estruturado sobre a dinâmica de funcionamento de um estabelecimento deste porte, em razão do fluxo do público que este negócio gera. os correlatos são elementos, ideias ou pensamentos que tem ligação entre uma coisa ou outra, ou seja, o que expressa correlação ou correspondência, diz-se da palavra cujo sentido tem relação com o significado de outro elemento (DICIO, 2020).

3.1 MERCADO PÚBLICO DE LONGBAXIANG, EM SHIYAN NA CHINA

Assim tomamos de ponto inicial para os correlatos o projeto já mencionado anteriormente do escritório *Describing Architecture Studio*, localizado na cidade de Shiyang na China, a proposta implementada pela equipe foi um design totalmente inovador em sua forma, mas que ao mesmo tempo em questões internas proporcionou um ambiente totalmente *clean* e minimalista (figura 07) ao passo de ainda assim proporcionar essa tipologia de organização padrão (ARCHDAILY BRASIL, 2019).

Figura 07: Vista interna do Mercado Público de Longbaxiang, em Shiyang na China.



Fonte: Archdaily/ Lian He (2019).

Tendo uma característica totalmente única em seu interior, a utilização do mesmo revestimento em grande parte proporciona esse efeito mais industrial, juntamente com os elementos de claraboia e as estruturas em ferro e aço (ARCHDAILY BRASIL, 2019).

3.1.1 ANÁLISE SOCIAL E CULTURAL

Outra característica muito marcante deste projeto é forma social que se desenvolve nele, pois o projeto foi implementando em uma comunidade rural composta por dezenove pequenos vilarejos no centro leste da China, ao passo que este empreendimento proporciona um lucro mensal para o produtor local e que assim gera um desenvolvimento tanto na qualidade de vida como também impulsiona de forma totalmente direta na cultura local presente, aonde comercializam-se todos os tipos de produtos agrícolas produzidos na região, além da pesca e que é disponibilizado para todos os produtores rurais das pequenas comunidades adjacentes. (ARCHDAILY BRASIL, 2019).

Figura 08: Vista da praça e acesso principal do Mercado Público de Longbaxiang, em Shiyan na China.



Fonte: Archdaily/ Lian He (2019).

Além disso foram projetadas outras funções complementares como uma praça pública (figura 08) que marca o acesso principal da obra, e uma construção de apoio que serve como depósito de lixo e banheiro público.

3.1.2 ANÁLISE PROJETUAL E ESTRUTURAL

Sua formação projetual na relação de luz e ventilação e a organização dos boxes para a circulação do público são exemplos que devem ser totalmente tomados como ideias norteadoras (figura 09), o terreno presente faz limite com duas vias, um sendo principal que mentem-se em um limite de fundo de vale e outra que permite acesso à região rural e considerando isso o estúdio desenvolveu um espaço a partir do centro do terreno e que se expande através dos seus limites. A tipologia de mercado é associada a um grande espaço aberto e uma ampla cobertura muito simples e leve o que da abertura total para a iluminação e ventilação natural. Para o conforto geral os boxes são levemente mais elevados para que haja

melhor visualização dos compradores. (ARCHDAILY BRASIL, 2019).

Figura 09: Planta principal do Mercado Público de Longbaxiang, em Shiyan na China.



Fonte: Archdaily/ Lian He (2019).

A maneira que o estúdio desenvolveu a formação das claraboias (figura 10) proporcionou uma qualidade do espaço muito mais confortável e que também auxilia totalmente na circulação dos ventos de uma forma totalmente cruzada, que funciona como um modelo de exaustor e assim não deixa que certos odores permaneçam em determinado boxe, como a das carnes expostas, apresentando assim um pé direito de 3,5m e que visto de fora nota-se 14 elementos sobressalentes que marcam as quatorze áreas comerciais (ARCHDAILY BRASIL, 2019).

Figura 10: Planta principal do Mercado Público de Longbaxiang, em Shiyan na China.



Fonte: Archdaily/ Lian He (2019).

Apresentando 2500 m² é a edificação é muito mais que um mercado público, além disso a estrutura será utilizada para a realização de festivais e atividades culturais, com a

disponibilidade de um ambiente agradável e confortável para o convívio da vida comunitária de Longbaxiang (ARCHDAILY BRASIL, 2019).

A estrutura quase que totalmente foi desenvolvida em metal e vigas de perfil “C” são responsáveis pela amarração da estrutura da cobertura com os pilares locados ao chão, já a estrutura dos corredores e das bancas funcionam de forma independente. Esta forma projetual facilitou arduamente o processo de construção tendo como conceito a organização espacial do mercado e a compreensão do espaço (ARCHDAILY BRASIL, 2019).

3.2 MERCADO DE SANTA CATERINA, EM BARCELONA NA ESPANHA

Outro mercado público que mesmo sendo uma edificação de reuso, aonde anteriormente funcionava como convento local, ganhou um destaque muito grande, o intitulado Mercado de Santa Caterina localizado em Barcelona na Espanha.

3.2.1 ANÁLISE PROJETUAL E ESTRUTURAL

De modo referencial e totalmente inovador para a arquitetura em relação a sua cobertura (figura 11) e a composição total do conjunto é o que traz todo esse diferencial marcante (Miralles e Tagliabue, 2005).

Figura 11: Vista superior lateral do Mercado de Santa Caterina, em Barcelona na Espanha.



Fonte: MIRALLES TAGLIABUE EMBT/ Roland Halbe (2005).

À medida que o inovador e atual casa-se totalmente com o estilo primordial da edificação e as cores dão um destaque integralmente marcante remetendo as frutas, uma das principais mercadorias do local (Miralles e Tagliabue, 2005).

“O projeto mantém partes da estrutura existente e os arquitetos propuseram uma renderização nova e criativa da área que respeitava a história e o contexto do local. A proposta sobrepõe a nova arquitetura à antiga, mistura-a e cria um conglomerado, um híbrido que acentua a utilidade e é contemporâneo. A distribuição interior do mercado foi reorganizada; há menos estandes, mas os sistemas de acesso e serviço são racionalizados; a superfície dos espaços públicos ganha terreno e se comunica com a Avinguda Francesc Cambó, um importante veia de transição no bairro, também cercada por uma densa rede de ruas estreitas.” (Miralles e Tagliabue, p. n° 01 2005).

Em vista disso podemos entender que a forma projetual da cobertura esta totalmente separada da estruturação da edificação (figura 12), aonde todo o suporte da grande forma superior é completamente desconexo de todo o resto (Miralles e Tagliabue, 2005).

Figura 12: Vista frontal do Mercado de Santa Caterina, em Barcelona na Espanha.



Fonte: MIRALLES TAGLIABUE EMBT/ Roland Halbe (2005).

Sendo um elemento que se mantém independente com suas ligas, malhas e treliças e aço e de ferro totalmente fundido e fixo em suportes dispostos ao redor do edifício e que sua apresentação proporcionam uma ideia de encaixe do antigo com o novo, uma junção de estilos (Miralles e Tagliabue, 2005).

3.3 MERCADO CENTENÁRIO *ELS ENCANTS*, EM BARCELONA NA ESPANHA

Na sequência em forma de referencial completa o projeto também localizado em Barcelona na Espanha, apresenta uma organização totalmente orgânica e diferenciada (figura 13), o *Els Encants* é um mercado centenário tradicionalmente exposto ao ar livre de forma totalmente informal, proporcionando um ambiente descontraído (ARCHDAILY, 2013).

Figura 13: Vista interna do Mercado centenário *Els Encants*, em Barcelona na Espanha



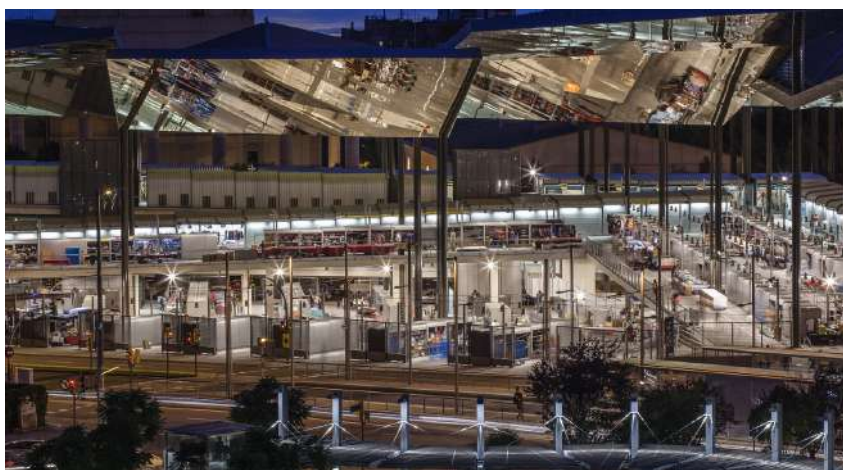
Fonte: ARCHDAILY / Rafael Vargas (2013).

Inaugurado no ano de 2013, este projeto de amplitude apresenta 35440,00 m² e apresenta dois níveis subterrâneos, sendo o primeiro utilizado para as necessidades logísticas do mercado e o segundo sendo para estacionamento publico para os usuários e funcionários do meio (ARCHDAILY, 2013).

3.3.1 ANÁLISE SOCIAL E CULTURAL

No seu âmbito social como todo mercado publico apresenta é o acolhimento do produtor e/ou mercador menor que utiliza deste espaço para gerar uma renda que o auxilie a manter-se mensalmente, além da possibilidade de encontro interpessoal um espaço de contato direto disponibilizando de forma mais rápida as relações comerciais e as vivencias de relação da sociedade como apresenta a imagem 14 (ARCHDAILY, 2013).

Figura 14: Vista interna do Mercado centenário *Els Encants*, em Barcelona na Espanha



Fonte: ARCHDAILY / Rafael Vargas (2013).

3.3.2 ANÁLISE PROJETUAL E ESTRUTURAL

A cobertura alternativa tem toda uma função com relação a proteção tanto da chuva como também dos raios solares, uma vez que o invólucro é disposto por faixas de largura variável, de forma que a parte inferior desenvolve-se totalmente irregular com diferentes inclinações e se torna uma mecanismo de reflexão da cidade no mercado (Figura 15). Outra característica é que o edifício tem dois subsolos, com organizações separadas o primeiro é para as necessidades logísticas do mercado e o segundo abriga um estacionamento público para seus utilizadores (ARCHDAILY, 2013).

Figura 15: Vista frontal do Mercado centenário *Els Encants*, em Barcelona na Espanha.



Fonte ARCHDAILY / Rafael Vargas (2013).

Seu design tem a proposta de evitar a construção de vários andares, reprimindo a ideia de um modelo de centro comercial padrão, além do conceito implementado de forma que o público que passe por ali sinta-se em um passeio por uma estrada de pedestres e assim moldou-se a ideia de uma área comercial contínua, com planos ligeiramente inclinados entrelaçados e gerando um ciclo interminável que liga barracas e pequenas lojas, com tudo os níveis das várias entradas são camuflados uma vez dentro do mercado (ARCHDAILY, 2013).

3.4 MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO, EM SÃO PAULO CAPITAL

Outro edifício já mencionado, mas não menos importante é o tradicional Mercado Municipal Paulistano, um espaço com uma grande variedade de produtos, desde grãos, chocolates, frutas e embutidos, até vinhos, cervejas, cachaças, doces, queijos, carnes e temperos (Prefeitura de São Paulo, 2018).

3.4.1 ANÁLISE SOCIAL E CULTURAL

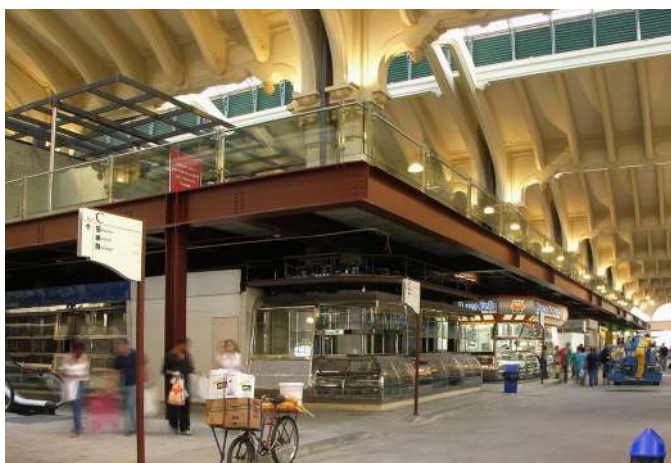
Além da disponibilidade de impulsionamento para com o produtor local o mercado municipal como já citado nos tópicos referenciais acima, há uma atração do grade público geral de turistas em níveis internacionais por ser em uma cidade de total destaque, sendo amantes da gastronomia, consumidores, turistas de todos os cantos do Brasil e do mundo, donas de casa e gourmets e com isso há um espaço social com a disponibilidade para shows músicas, apresentações teatrais, feiras de artesanato e eventos diversos (Prefeitura de São Paulo, 2018).

3.4.2 ANÁLISE PROJETUAL E ESTRUTURAL

E como já citado anteriormente a edificação apresenta uma área 12600 m² com um pé direito de 16m e com um estilo de acabamento de uma mescla de estilos arquitetônicos, ou seja, um grande espaço de circulação, convívio além de um bom planejamento da luz e ventilação natural (Prefeitura de São Paulo, 2018).

A edificação participou de algumas reformas e reutilizações tendo sua última e maior reforma no ano de 2004, aonde o prédio ganhou um mezanino totalmente funcional que atualmente serve de utilização direta de alguns restaurantes renomado presente na figura 16 (Prefeitura de São Paulo, 2018).

Figura 16: Vista interna do Mercado Municipal Paulistano, em São Paulo, SP.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2018.

Mas o espaço também é utilizado pelos chefes regionais da cozinha paulista, esta ideia de espaço alimentício só foi implementado no ano de 2006 por meio de uma parceria com iniciativa privada o que acarretou no intitulado Mercado Gourmet, sendo uma cozinha

totalmente equipada para aulas e eventos ligados a gastronomia, este espaço apresenta 2000,00 m² de área elevada (Prefeitura de São Paulo, 2018).

4. DIRETRIZES PROJETUAIS

Neste item iremos abordar uma perspectiva direcionada ao projeto e suas características de forma abrangente, juntamente com a apresentação dos principais itens a serem destacados para o desenvolvimento norteador do projeto. Com isso neste capítulo serão acometidas as diretrizes projetuais nos princípios do partido de idealização dos estudos com o intuito de apresentar o local do terreno, o programa de necessidades, os dados do E.IV e o desenvolvimento projetual inicial juntamente com as soluções adotadas para o projeto.

4.1 HISTÓRIA LOCAL E AS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

O município da proposta projetual é Cascavel, localizado no estado do Paraná (figura 17), a cidade possui uma área de 2101,074 km², sendo considerada a 14^o melhor cidade do Brasil em questões de estruturação ao qual 59,8% dos domicílios apresentam abastecimento sanitário por meio da companhia de saneamento do Paraná (SANEPAR), uma instituição estatal de economia mista, que detém a concessão dos serviços públicos de saneamento básico em cidades de todo o estado. A economia é outro destaque importante da região ao a mesma apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 35590,04 e é considerada o polo da produção agrícola regional. Sua população estimada é de 328454 pessoas e sua densidade demográfica é de 136,23 hab/km² (IBGE, 2019).

Figura 17: Localização de Cascavel no Paraná, Brasil.



Fonte: IBGE, 2019.

A cidade também é considerada jovem e promissora, tendo um destaque de polo universitário e da produção do agronegócio, sendo referência na medicina e na prestação de serviços. Além do comércio e da infraestrutura industrial e de serviços demonstram toda a grandiosidade tecnológica da cidade. Contudo é notável que a cidade não apresenta nenhum empreendimento deste porte, além dos espaços cedidos ao produtor na Praça Wilson Joffre Soares dos Santos, que fica limitado a este espaço ou ao Centro de Convenções e Eventos da cidade (CASCAVEL, 2015).

4.2 CARACTERÍSTICA DO TERRENO

O local escolhido para a proposta projetual é um espaço de total destaque (figura 18), pois sua localização já é de grande importância para a cidade pois há diversos prédios importantes ao seu redor como a Prefeitura Municipal de Cascavel, a Câmara Municipal de Cascavel, o Terminal Oeste, o Departamento de proteção e defesa do consumidor (PROCON), além de outros empreendimentos importantes da região como o Shopping JL, o mercado Muffato, o Clube Comercial, a Universidade Paranaense (UNIPAR), com isso podemos ter o entendimento que a região se apresenta predominantemente comercial em maior parte, mas o que não deixa de demonstrar também espaços residenciais verticais, como prédios de pequeno e grande porte, residências de um ou dois andares, quitinetes, entre outros espaços, desta maneira sua região contém um enorme atrativo para com seu público. Outro detalhe a ser destacado é que o local o espaço de escolhe é composto por um conjunto de 21 lotes com aproximadamente 13800,59 m² totais, mas que em razão desta grande área, será necessário apenas a utilização parcial do compilado de terrenos.

Figura 18: Localização dos terrenos escolhidos em Cascavel - PR.



Fonte: GEOCASCAVEL, 2012.

É importante destacar que a localização é de fácil acesso também para quem vem de fora da cidade, visto que o projeto objetiva atender toda a região de influência do município de Cascavel - PR.

Outro item importante a ser verificado são os parâmetros urbanísticos disponibilizados no site no cadastro de geoprocessamento do município (figura 19), pertencendo a Zona de Estruturação e Adensamento 1 – Subzona Centro 1 (ZEA 1 – Centro 1) aonde os índices indicam um Coeficiente de Aproveitamento máximo de 7 e uma possibilidade da Taxa de Ocupação máxima de 80% da área de cada terreno, podendo ainda ser permitido utilizar de 90% de cada terreno sendo necessário a implementação de soluções alternativas com o intuito de garantir a permeabilidade totalmente correta e exigida dos terrenos, além disso não a solicitação de um recuo frontal mínimo, desta maneira apenas é solicitado um calculo de altura para que desta forma haja o embasamento mínimo para um recuo correto (GEOPORTAL, 2012).

Figura 19: Índices de uso e ocupação do solo de Cascavel - PR.

Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo					
Zona	Área (%)	Área (m²)	TO Máx. (%)	TP Min. (%)	
ZEA 1 - Centro 1	100.00	57^ ^ ^ ^ ^	80 (*9) (*22)	10 (*10)	
Zona	R. Fron. Min. (m)	CA Min	CA Bas	CA Max	Atividades Permitidas
ZEA 1 - Centro 1	- (*4) (*21)	0,3 (*1)	5 (*8)	7 (*2) (*23)	(II) - [NR5, R2, R3, NR6, NR1, NR3, NR2]
Zona	Altura Max.	R. Lat/Fun.Min.	Quota Min./Eco. (m²)	Quota Min./Res. (m²)	
ZEA 1 - Centro 1	- (*3)	h/20 (*5)	-	- (*7) (*18)	

Fonte: GEOCASCAVEL, 2012.

A topografia da área é relativamente alinhada o que auxiliou na escolha do local, apresentando uma diferença quase não considerável, assim não faz-se necessário o estudo projetual mais árduo em cima dos terrenos para a projeção dos cortes e aterros, sendo preciso apenas um estudo preliminar geral.

Todas essas análises, inclusive as que disscorrem nos próximos capítulos, foram desenvolvidas a partir do portal disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Cascavel, sendo o GeoCascavel, por meio do documento do âmbito de edificação intitulado de Consulta Prévia.

Em análise presencial nota-se que em questões de estrutura o terreno apresenta o parcialmente o passeio publico e que ainda sim em alguns trechos de maneira mais curto e

menos segura, tornando-se mais exposto e menos seguro para com quem utiliza, além disso outro quesito importante que auxiliou na decisão do espaço foi seu entorno mais aberto (figuras 20, 21, 22 e 23) , não contendo um aglomerado de edificações tão presente dentro de um raio de 105m, o que contribui muito nas questões projetuais, como no quesito de plasticidade.

Figura 20: Vista do terreno da Rua Paraná em frente a Prefeitura Municipal de Cascavel - PR.



Fonte: Google Maps, 2020.

Figura 21: Vista da R. Paraná esquina com a Praça da Vereador Luiz Picoli em Cascavel - PR.



Fonte: Google Maps, 2020.

Figura 22: Vista do terreno da Av. Brasil de frente com a Praça da Bíblia em Cascavel - PR.



Fonte: Google Maps, 2020.

Figura 23: Vista do terreno da Av. Brasil, em Cascavel - PR.



Fonte: Google Maps, 2020.

O local é composto por uma área quase que totalmente aberta, apresentando edifícios de grande porte apenas em um raio de aproximadamente 200m, com isso a incidência solar é totalmente presente na edificação dando uma trégua apenas no final da tarde (figura 24), desta maneira nota-se de prima que será necessário medidas alternativas para o resfriamento e aconchego confortável para com a temperatura interna da edificação, sendo necessário a idealização do conjunto de aberturas, materiais e elementos que juntos compõem uma resolução abrangente.

Figura 24: Localização, estudo solar e ventos predominantes em Cascavel - PR.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

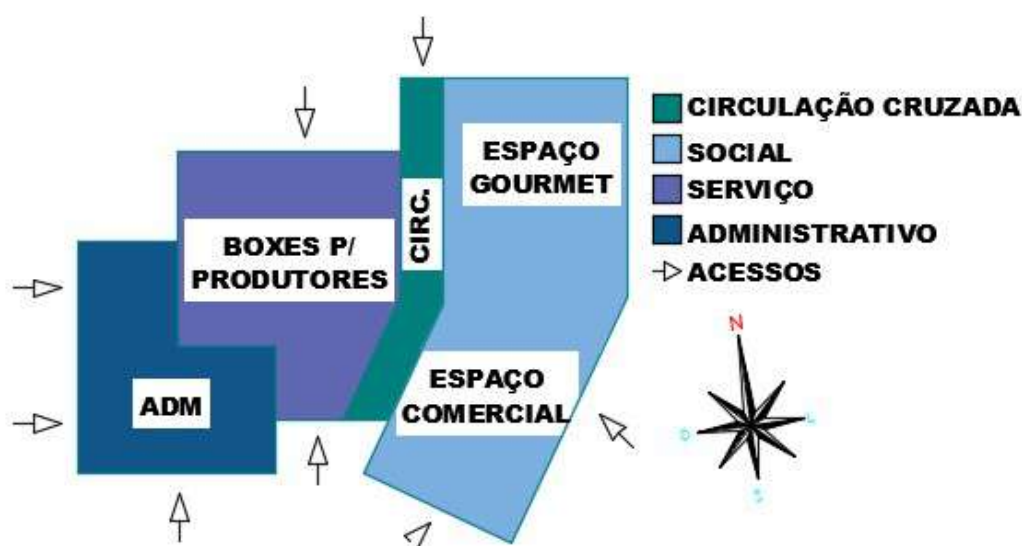
Contudo um grande auxílio presente é a utilização de forma favorável para com os ventos cortantes na edificação que vem em direção leste para com a cidade, desta maneira

torna-se presente a idealização de claraboias e aberturas que auxiliem no resfriamento contínuo e cruzado da edificação e que juntamente com o alinhamento das propostas para com a incidência solar, totalizem um sistema de total agrado para com o utilizador, sendo ele funcionário ou cliente.

4.3 CONCEITO PROJETUAL

O primórdio conceitual da proposta do Mercado Público Municipal para a cidade de Cascavel – PR é acarretar um novo atrativo que desenvolva três vertentes da produção de pequeno porte, sendo diretamente ao meio econômico, ao meio de convivência social tanto das pessoas que residem na cidade como também para o público externo e principalmente no meio cultural trazendo destaque para as atividades confeccionadas na região. Visto isso a ideologia de desenvolvimento projetual teve início a partir disto, por fim desenvolvesse uma tipologia inicial da forma (figura 25), utilizando linhas e formas retas com uma leve quebra de ângulo, mas que ainda sim de início não foge do estilo habitual que a cidade é composta.

Figura 25: Plano de massas.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A distribuição da planta foi desenvolvida por meio de três divisões principais, para que posteriormente sejam divididos em ramificações de áreas e espaços que juntos compunham a totalidade da obra de forma conceitual e ao mesmo tempo inovadora.

4.4 ESTUDO DOS IMPACTOS DE VIZINHANÇA

Para a valorização imobiliária é normal que os terrenos do entorno tenham um aumento em seus valores por conta da implementação de um mercado municipal, pois em uma perspectiva geral podemos entender que este espaço disposto trará comércios voltados principalmente para alimentação (destaque maior para o meio gastronômico), como também em um espaço para a compra de alimentos mais saudáveis, transformando em algo mais prático para vida para quem reside na região. Porém esse desenvolvimento consequentemente acaba removendo as famílias mais humildes por conta do aumento principalmente dos impostos e do custo de vida.

Já na mobilidade urbana, incluindo sistemas de circulação, na maior incidência de tráfego e demanda por transporte público, há uma estruturação já competente para esse crescimento, necessitando apenas de alguns ajustes para a melhora da inserção e por conta do terreno estar bem localizado, em um espaço que inicia a região central de Cascavel – PR, tornam-se de fácil acesso no quesito de mobilidade pública, suprimindo a necessidade prevista, sendo necessário apenas um aumento nas frotas de ônibus nas principais linhas de tráfego eixo. Outro ponto importante também é que para que não haja engarrafamento em algumas vias, será necessário uma nova adequação das vias para que os acessos não obstruam o trânsito, principalmente nos horários de pico, assim sendo necessárias medidas diversificadas ou até a implementação de novas vias internas dentro da própria quadra, que auxiliem no serviço de carga e descarga de mercadorias, com o objetivo de não impedir nenhuma circulação.

O conforto ambiental é outro ponto muito importante do desenvolvimento projetual com propostas de ventilação, iluminação e ideias totalmente sustentáveis e auto suprível, a proposta do projeto é implementar uma arquitetura inovadora que auxilie tanto para quem for utilizar a edificação, quanto para seu entorno. A poluição sonora é outro fator importante a ser orquestrado por conta da aglomeração de pessoas, já que a região permite um ruído sonoro maleável por conta da região, podendo assim ser desenvolvidas ideias com materiais de auxílio na barragem destes sons. A infraestrutura da iluminação ajudará principalmente na segurança, pois o empreendimento acaba participando de um local de passagem, movimentado e seguro.

Para a paisagem urbana e patrimônio natural e cultural: a principal ideia da edificação também é se adequar as ideias mais atuais, mas ainda sim remetendo as principais

características da cidade, aonde grande parte das principais edificações foram planejadas no conceito do moderno/brutalista, assim podemos acometer esses estilos para a edificação, mas com características atuais.

4.5 PROGRAMA DE NECESSIDADES E FLUXOGRAMA

O programa de necessidades do Mercado Público Municipal proposta para a cidade Cascavel – PR apresenta uma divisão, como já citada, de três pilares de organização (figura 23), sendo o espaço social, de serviço e o administrativo e dentre estes há uma ramificação de espaços e áreas para a melhor organização e funcionalidade para com o empreendimento.

O desenvolvimento desta tabela é embasado em cima da organização projetual dos correlatos apresentados, juntamente com os estudos gerais de organização e praticidade, para que assim houvesse um diagrama com direcionamento que auxiliem totalmente para com o momento de desenvolvimento total da planta e na distribuição dos espaços.

Figura 26: Tabela do programa de necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES		
SOCIAL	SERVIÇO	ADMINISTRATIVO
BOXES:	DIRETORIA:	FUNCIONÁRIOS:
HORTIFRUTI	ADMINISTRAÇÃO	VESTIÁRIO/SANITÁRIOS
MERCEARIA	RH	COPA FUNCIONARIOS
IMPORTADOS	SALA DE REUNIÕES	CIRCULAÇÃO
FRIOS	FINANCEIRO	ACESSO FUNCIONARIOS
ALIMENTOS SECOS	SALA PARA EVENTOS	SALA DE DESCANSO
CARNES, AVES E PEIXES	COZ. INDUSTRIAL P/ EVENTOS	ESTACIONAMENTO
ALIMENTOS RAPIDOS	SANITÁRIOS	
BEBIDAS	CIRCULAÇÃO	
ESPAÇO ALIMENT:	COMERCIO GERAL:	ORGANIZAÇÃO:
RESTAURANTES	LOTÉRIA	DML
BARES	FARMÁCIA	CARGA E DESCARGA
CAFÉS	TABACARIA	TRIAGEM LIXO
CHOPPERIA	BANCA DE REVISTA	DEPOSITO DE MATERIAIS
PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	CORREDOR DE SERVIÇOS	DEPOSITO GERAL
MEZANINO		DEPOSITO BOEXS
ACESSOS E CIRCULAÇÕES		CORREDOR DE SERVIÇO
PLAYGROUND		
CIRCULAÇÃO		
SANITÁRIOS		
ELEVADOR/ESCADAS		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Por fim, mas não menos importante é a composição das conexões e circulações a partir do fluxograma inicial desenvolvido, ao por meio dos setores são direcionados por meio

de setas que indicam o sentido de ir e vir de um ambiente ao outro, para que assim haja um discernimento mais coeso para com a ideia tanto formal quando a projetual.

Figura 27: Fluxograma

CLP - VIVITRUSTE (11/11/2019)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Contudo este inicialmente é o desenvolvimento pré-projetual aonde as ideias são iniciadas e desenvolvidas em cima de um croqui primário e que de continuidade segue-se então até a fase final para que desta forma sejam apresentados um projeto coeso e destaques para com suas soluções, organizações, elementos, entre outros itens.

5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Após o vislumbre das riquezas de dados entorno deste tema e do grande significado para a sociedade, podemos entender o desenvolvimento que este empreendimento proporciona é altíssimo. Em primeiro momento compreendemos que o mercado juntamente com o comércio auxiliaram em grande escala no progresso de socialização e auxílio para com os grupos que necessitavam destas trocas e que assim obtiveram resultado ainda mais gratificantes, nas trocas de alimentos, objetos e principalmente na troca da relação de culturas e maneiras de se desenvolver na praticidade.

Na sequência, observa-se que a tipologia projetual de grande porte, sempre destacando a circulação e o bem estar do seu público abrangente e em como os modelos projetuais tanto nacional como internacional tem características muito parecidas como os grandes vãos, os boxes de cada produtor, os grandes corredores e geralmente em formato de galpão e/ou pavilhão, esta tipologia mesmo sendo de outros períodos ainda se apresenta muito competente para com o plano de necessidades deste porte.

Já no quesito de urbanismo observa-se que este edifício ao passo que traz desenvolvimento tanto economicamente, como socialmente, deve se manter no caminho de planejamento conjunto, pois para um progresso sem empecilhos algumas medidas de organização de planejamento são muito mais que necessárias, a medida que o impacto de vizinhança torna-se inevitável, deste modo ideias alternativas precisam ser propostas ainda na fase projetura inicial, para os meios de circulação, tanto de automóveis, como principalmente para os pedestres, os locais de carga e descarga não podem impedir as demais atividades do entorno, além do impacto visual que o imóvel pode acarretar sem perde a característica matriz da história da cidade.

E sobretudo a questão sustentável e de conforto deve ser ainda mais frisada, pois uma obra deste porte acaba tornando-se um marco de referência para outros modelos projetuais, além de poder apresentar-se como modelo exemplar de economia tanto em questões energéticas, como também pluviais. Além de também permanecer na ideia da redução na utilização de recursos não renováveis, e apresentando-se assim, tanto para o público como para os órgãos governamentais um modelo de investimento para outras edificações gerais, com o mesmo objetivo de ter incentivo e cursos de preparo para estes tipos de execução.

Contudo este torna-se apenas um levantamento de dados base para a concepção total do tema abordado em sequência, com o intuito apenas de esclarecer e fundamentar em questões teóricas algumas temáticas que fazem necessárias. Havendo as abordagens inicialmente divididas em quatro pilares aonde cada um explana tópicos importantes para a idealização de um projeto coeso e exemplar, com a principal ideia de um novo conceito de mercado público municipal e que na sequência tomam-se medidas de pesquisa acerca de correlatos e embasamentos do mesmo para que assim possa haver uma conclusão precisa e coerente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 9050: 2015. ABNT Catálogo. 2015. Disponível em: <<https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=344730>>. Acesso em: 11 abril 2020.
- Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Resolução da diretoria colegiada – RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004.** Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388704/RESOLU%25C3%2587%25C3%2583O-RDC%2BN%2B216%2BDE%2B15%2BDE%2BSETEMBRO%2BDE%2B2004.pdf/23701496-925d-4d4d-99aa-9d479b316c4b>> Acesso em: 18 abril 2020.
- ALBERTIN, Alberto Luiz. Comércio eletrônico, **Um estudo no setor bancário**. [s.l.], 1998. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1998-ai-03.pdf>> Acesso em: 26 março 2020.
- ALVES, Lidiane Aparecida. FILHO, Vitor Ribeiro. **Os mercados públicos e a cidade: as transformações do mercado municipal de Uberlândia (MG)**. Uberlândia – MG, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16515/9219>> Acesso em: 04 abril 2020.
- ARAÚJO, P. C. D. A. e BARBOSA, L. R. Feira, lugar de cultura e educação popular. In: **REVISTA NOVA ATENA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**, Nº2, Ponta Grossa, 2004. [s.n.].
- ArchDaily Brasil. **Mercado Público de de Longbaxiang / Describing Architecture Studio" [Fresh Food Theatre / Describing Architecture Studio]**, 2019. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/914555/mercado-publico-de-de-longbaxiang-describing-architecture-studio>> Acesso em: 11 abril 2020.
- ArchDaily, 2013. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/106915/fundamentos-da-arquitetura-contemporanea-slash-siegbert-zanettini>> Acesso em: 18 abril 2020.
- ArchDaily Brasil. **Cobertura Mercado Público de Florianópolis / Aleph Zero**, 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/872568/cobertura-mercado-publico-de-florianopolis-aleph-zero>> Acesso em: 07 abril 2020.

ArchDaily. **Mercat Encants / Fermín Vázquez Arquitectos**, 2013. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/453829/mercat-encants-b720-fermin-vazquez-arquitectos/>>

Acesso em: 20 maio 2020.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BENTO, S. C; CONTI, D. M; BAPTISTA, R. M; GHOBIL, C. M. **As novas diretrizes e importâncias do planejamento urbano para o desenvolvimento de idades sustentáveis**.

Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS, Vol. 7, Nº 3, 2018. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6786929.pdf>> Acesso em: 12 abril 2020.

CASCAVEL. Dados. Portal do Município de Cascavel. 2015. Disponível em: <

<https://cascavel.atende.net/>> Acesso em: 19 maio 2020.

DI SARNO, Daniela Campos Libório. **Elementos do direito urbanístico**. Barueri: Manole, 2004.

DOULA, Sheila Maria. SERVILHA, Mateus de Moraes. **O mercado como um lugar social:**

as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feitas. UNIOESTE, Revista Faz Ciência, nº 13, 2009. Disponível em: <

<http://saber.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7610/5602>> Acesso em 26 março 2020.

EDUCA MAIS BRASIL, **arquitetura contemporânea**, 2020. Disponível em

<<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/artes/arquitetura-contemporanea>> Acesso em: 18 abril 2020.

MIRALLES TAGLIABUE EMBT. **Mercado de Santa Caterina**, 2005. Disponível em:

<<http://www.mirallestagliabue.com/project/santa-caterina-market-renovation/>> Acesso em 20 maio 2020.

FRACALLOSSI, Igor. **Fundamentos da Arquitetura Contemporânea** / Siegbert Zanettini.

Ministério da Saúde. Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Resolução da diretoria colegiada – Nº 43**, de 1 de setembro de 2015. Disponível em: <

http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_43_2015_.pdf/2d1da3b5-f322-47b0-85b7-d538f6658493> Acesso em: 18 abril 2020.

GADOTTI, Moacir. “A dialética: concepção e método” in: **Concepção Dialética da Educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990. Disponível em: <

http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/gadotti_1990.pdf> Acesso em: 25 março 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL **Mercado de São**

José: Memória e História, 2014. Disponível em <

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/977/>> Acesso em: 04 abril 2020.

GOMES, Patrícia Silva. LAMBERTS, Roberto. **O estudo do clima urbano e a legislação urbanística**: considerações a partir do caso Montes Claros, MG, 2009. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/6916/5041>> Acesso em: 12 abril 2020.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cascavel. IBGE Cidades. 2015. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cascavel/panorama>> Acesso em: 21 maio 2020.

JUNIOR, José Carlos Ferrari. Limites e potencialidades do planejamento urbano. Uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. UNESP, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/258/214>> Acesso em: 11 abril 2020.

LERNER, J. **Acupuntura Urbana**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

LOURO. **Conheça as regras sanitárias para mercados e minimercados**. Louro. 2015. Disponível em: <<http://uselouro.com.br/blog-revendedor/conheca-as-regras-sanitarias-paramercados-e-minimercados/>>. Acesso em: 04 março 2020.

MATOS, Beatriz Gondim; BARBOZA, Maria de Lourdes de Azevedo. **Mercado e relações de troca: reflexão para o consumo colaborativo e racional**. [s.l.], FGV, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/clav/clav2016/paper/download/5900/1685>> Acesso em: 21 março 2020.

Mercado Público Florianópolis. **A história do Mercado Público de Florianópolis**, 2015. Disponível em: <<http://www.mercadopublicofloripa.com.br/sobre-o-mercado/>> Acesso em: 07 abril 2020.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Senac, 2004.

SERRADOR, Marcos Eduardo. **Sustentabilidade em arquitetura: referenciais para projeto**, USP. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-17022009-140800/publico/dissertacao_mestrado_serrador.pdf> Acesso em: 18 abril 2020.

MURILHA, D.; SALGADO, I. A arquitetura dos mercados públicos: tipos, modelos e referências projetuais. Vitruvius. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>>. Acesso em: 06 abril 2020.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Os mercados públicos: Metamorfoses de um espaço na história urbana.** UNESP, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/505/537>> Acesso em: 19 março 2020.

Portal Educação. **História do mercado e da venda**, 2013. Disponível em: <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/historia-do-mercado-e-da-venda/30936>> Acesso em: 11 abril 2020.

VARGAS, H. C. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio.** São Paulo: SENAC, 2001.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina; BELO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento.** Unicamp, Campinas – SP, 2012. Disponível em <<file:///C:/Users/guilh/Downloads/1896-Texto%20do%20artigo-2549-1-10-20150409.pdf>>

Acesso em 26 março 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE RECIFE. **Mercado de São José.** Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/mercado-de-sao-jose>> Acesso em 06 março 2020.

Recife Arte Pública. **Vitral Mercado Público de São José, 1871.** Hassan Santos, 2019. Disponível em: <<http://www.recifeartepublica.com.br/vitral/obras/obra/Vitral-Mercado-Pblico-de-So-Jos-1871/114>> Acesso em: 06 abril 2020.

Prefeitura de Florianópolis. **Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico**, 2019. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=mercado+publico>> Acesso em: 07 abril 2020.

RIBEIRO, L. P. **Conforto térmico e a prática do projeto de edificações: recomendações para Ribeirão Preto.** 2008. Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-06062013-162724/publico/dissertacaopagnanoribeiro.pdf>> . Acesso em: 21 abril 2020.

RÜSEN, Jörn. **DIDÁTICA DA HISTÓRIA: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão.** Redaly, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/894/89410202.pdf>> Acesso em: 18 abril 2020.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Mercado Municipal Paulistano.** 2018. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/abastecimento/mercado_paulistano/index.php?p=151237> Acesso em: 05 abril 2020.

TURISMO ADAPTADO. Por um Recife mais inclusivo e sinalizado para os turistas.

Sergio Bernardo, 2015. Disponível em: <
<https://turismoadaptado.wordpress.com/2015/12/04/por-um-recife-mais-inclusivo-e-sinalizado-para-os-turistas/>> Acesso em : 06 abril 2020.

VARGAS, H. C.; CASTINHO, A. L. H. **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados.** São Paulo: Manole. 2006.

SARTOR, Carlos Eduardo. Imagem da cidade – cidade da imagem: o modelo de intervenção urbana do Rio Cidade*, 2000. Disponível em:
 <<http://ken.pucsp.br/metropole/article/view/9302/6906>> Acesso em: 11 abril 2020

ZAMBRANO, Leticia Maria de Araujo. **Integração dos Princípios da Sustentabilidade ao Projeto de Arquitetura.** UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:
 <<http://objdig.ufrj.br/21/teses/702208.pdf>> Acesso em: 19 abril 2020.